



ÉTICA PROFISSIONAL COMO FACTOR DETERMINANTE NO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES: CASO ACADEMIA MILITAR MARECHAL SAMORA MACHEL

José Samuel Manjate¹

Moisés Manuel Cau²

João Francisco de Carvalho Choé³

¹ Capitão (Mestre), Docente e investigador da Academia Militar Marechal Samora Machel, Nampula, Moçambique.

² Brigadeiro (Doutor), Vice-Reitor do Instituto Superior de Estudos de Defesa, Maputo, Moçambique.

³ Doutorando, Docente e investigador da Universidade Púnguê, Beira, Moçambique.

Resumo

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado em Formação, Trabalho e Recursos Humanos da Academia Militar Marechal Samora Machel, Nampula. Aborda a ética profissional como factor determinante no exercício da liderança nas organizações. O objectivo geral da pesquisa foi analisar as percepções dos oficiais sobre os valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando das tropas. Com uma metodologia de abordagem qualitativa, a pesquisa foi feita com base em entrevistas aos chefes de departamentos de Ciências Militares (Exército e Naval), comandantes de batalhões de estudantes e docentes/instrutores da Academia Militar Marechal Samora Machel. Os resultados e conclusões da pesquisa, foram obtidos através dos relatos dos dois subgrupos, que confirmaram a relevância da ética profissional para o comando militar. Os entrevistados destacaram que a ética profissional é crucial, pois estabelece valores e princípios necessários para uma boa convivência no exercício da liderança militar, além de orientar os profissionais a agir de forma correcta e justa. Os valores militares, vistos não apenas como qualidades individuais, mas como uma exigência moral e funcional, são fundamentais para a responsabilidade coletiva do Exército e a acção de comando, multiplicando o poder do trabalho em equipe e assegurando a integridade das unidades.

Palavras-chave: Liderança, Ética profissional, Liderança nas Organizações, Academia, Militar.

Abstract

This article, an excerpt from a Master's dissertation in Training, Work, and Human Resources at the Marshal Samora Machel Military Academy, Nampula, addresses professional ethics as a determining factor in the exercise of leadership in organizations. The general objective of the research was to analyze the perceptions of officers regarding professional ethical values for performing military command functions. Using a qualitative methodology, the research conducted interviews with heads of military science departments (Army and Naval), battalion commanders, and instructors/teachers at the Marshal Samora Machel Military Academy. The research results and conclusions, obtained through the reports of the two subgroups, confirmed the relevance of professional ethics for military command. Interviewees highlighted that professional ethics is very important, as it establishes the necessary values and principles for good coexistence in the exercise of military leadership, in addition to guiding professionals on how to act, always valuing what is correct and just. Military values, seen not only as individual qualities but as a moral and functional requirement, are fundamental for the collective responsibility of the Army and the action of command, multiplying the power of teamwork and ensuring the integrity of units.

Keywords: Leadership, Professional ethics, Leadership in Organizations, Academy, Military.

Informações do Artigo

Histórico:

Recepção: 25 de Janeiro de 2025

Aprovação: 30 de Março de 2025

Publicação: 07 de Setembro

Contacto

José Samuel Manjate ✉ samymanjate07gmail.com

Moisés Manuel Cau ✉ caumoisesmanuel@gmail.com

João F. de Carvalho ✉ choé3jcarvalhochoe@gmail.com



1. Introdução

Nos últimos anos, indivíduos, organizações e sociedades em geral deram testemunho de prevaricações, corrupções, de comportamentos menos éticos, falta de transparência e de hipocrisias de líderes de grandes e pequenas organizações. Em consequência da falta de ética e da corrupção, no seio institucional, a liderança tem vindo a apresentar-se, no presente, como uma solução eficaz, desde que, no exercício da mesma, sejam relevados os valores morais e éticos (Rego e Cunha, 2005, p.17).

Os valores militares não são apenas uma lista de qualidades exigidas a cada militar individualmente, são uma exigência moral e têm uma utilidade funcional. Confirmá-los é a responsabilidade colectiva do Exército e de cada um na sua unidade através da acção de comando. São as estruturas do trabalho de equipa que multiplicam o poder da luta de cada militar. Se alguns destes valores faltarem, naturalmente que a equipa será ameaçada.

Estes valores-chave são promovidos e realçados pela liderança ao longo de toda a cadeia de comando. É com este constructo, que o presente trabalho estuda e afere na Instituição Militar, nomeadamente aos oficiais no seu todo, como se ordena de forma valorativa o desenvolvimento consciente dos seus valores para o exercício cabal das suas funções de comando e, desta forma, se coloca a seguinte questão: Que percepções os oficiais têm sobre os valores éticos profissionais para o exercício de funções de liderança militar?

O estudo pretende analisar as percepções dos oficiais sobre os valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando nas unidades militares, caso concreto da Academia Militar Marechal Samora Machel, com vista a identificar os valores éticos profissionais dos oficiais durante o

exercício das funções de comando militar; descrever as percepções dos oficiais da Academia Militar sobre os valores éticos profissionais exigidos aos oficiais durante o exercício das funções de comando militar e aferir a influência dos valores éticos nas funções de comando na Academia Militar.

No que se refere ao plano pessoal e profissional, há que destacar que o proponente da pesquisa, enquanto funcionário das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique (FADM), este estudo tem como interesse informar e trazer à tona o impacto positivo que a boa prática da doutrina ética profissional, por parte da Academia Militar Marechal Samora Machel na formação dos seus quadros.

É um estudo que possui relevância social, considerando o quanto as discussões éticas profissionais ganharam espaço e relevância científica na sociedade moçambicana nos últimos anos, tendo em vista a possibilidade de ampliar os estudos nessa área.

Do ponto de vista prático e social, importa referir que tal abordagem se justifica na possibilidade de que o Corpo Docente e outros oficiais da Academia Militar Marechal Samora Machel possam compreender e realizar um fazer pedagógico mais autoconsciente da importância do desenvolvimento da Ética e da Moral militar e não meramente o replicar de forma empírica e intuitiva.

É importante ressaltar também a contribuição do trabalho para que haja um sólido entendimento dos oficiais sobre os valores éticos profissionais para o exercício de funções de comando militar e dos pensadores da Educação Militar de forma a ratificar a práxis pedagógica do desenvolvimento da Ética e Moral na Academia Militar Marechal Samora Machel.

Do ponto de vista prático, a pesquisa poderá contribuir tanto para a Academia



Militar Marechal Samora Machel, na medida em que poderá agir conforme a ética profissional inclui saber lidar com as diferenças respeitando os direitos de todos os profissionais envolvidos no mercado de trabalho. Isso se torna possível por meio do exemplo de conduta e adoção de políticas éticas por parte das empresas e do respeito aos códigos de ética por parte dos profissionais, mas acima de tudo pelo alinhamento de princípios e valores individuais com os da instituição.

Do ponto de vista político, há que despertar aos políticos que a observância da Ética do Dever pela Ética Militar, em respeito inclusive ao Direito Internacional, é para a preservação da dignidade humana e da autoimagem da própria tropa, para que ela se acautele em atingir exactamente o necessário para cumprir os objectivos políticos a que foi mandada no conflito, e nada além disso, diminuindo inclusive a possibilidade de perda do controle da narrativa informacional da guerra pelo Estado e da retórica dos Direitos Humanos a seu favor.

Do ponto de vista académico, há que referenciar que em virtude de sua contribuição para o avanço do conhecimento científico, torna-se útil estudar a ética profissional porque é muito importante para as organizações, uma vez que estabelece valores e princípios necessários para uma boa convivência no mercado de trabalho, além de orientar os profissionais em como devem agir prezando pelo que é correcto e justo. A ética vem ganhando maior importância em todos os seus âmbitos, mas no ambiente académico e profissional se configura como um diferencial competitivo, porque os clientes procuram se identificar com as empresas por meio de seus valores, sendo a ética um dos pontos levados em consideração por eles e também por investidor.

2. Ética, Valores e Liderança Militar

2.1. Ética Militar

Conforme explanado pelo Cardoso (1997), "Ética Militar é o conjunto de regras ou padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe". Ela impõe, a cada militar, conduta moral irrepreensível a: Sentimento do dever - trata do desempenho funcional por força do cargo, devendo o militar exercer tal função com autoridade e eficiência; Honra pessoal - trata da conduta pessoal, isto é, da reputação do indivíduo; Pundonor militar - está relacionado à honra pessoal, mas neste caso trata do indivíduo como militar e diante da instituição. Nasch (1993) define ética como "o estudo da forma pelas quais normas morais e pessoais se aplicam às actividades e aos objectivos de uma empresa comercial" (p. 103). O gestor bem preparado irá transformar seus conhecimentos em informações, o qual está ligado ao procedimento da organização, obedecendo à parte da política e da cultura organizacional.

2.2. Valores militares

A profissão das armas exige do cidadão incalculável número de sacrifícios, dentre os quais o da própria vida em favor da Pátria. Uma profissão capaz de exigir este nível de sacrifício tem obrigatoriamente que estar amparada por preceitos morais legítimos, mas também arraigados em sua estrutura fundamental. Isto é, não seria razoável exigir-se do homem o sacrifício de sua vida sem que ele acredite e confie nos fins dignos de sua própria instituição militar (Vade-Mécum).

Segundo Castro (1990), os valores militares são referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais. Mesmo que se discuta,



e este trabalho o fez em sessão anterior, sobre a volubilidade dos valores, a Instituição Militar decidiu por tratá-los como imutáveis. A explicação é simples e compreende o facto de que o Exército considera “valores” as manifestações essenciais e postulados existenciais da própria Força Armada. Isto é, se os valores militares considerados para o Exército fossem mutáveis, flexíveis ou volúveis, a própria instituição poderia perder seu sentido existencial.

Para o autor acima, os valores militares mais importantes são: a) Patriotismo - caracterizado pelo amor à Pátria e pela defesa de seus propósitos de soberania; integridade territorial; unidade nacional; e paz social; b) Civismo - descrito no culto aos símbolos nacionais; aos valores e tradições históricas; à história pátria; e aos heróis nacionais; e c) Fé na missão do Exército - lavrada pelo amor à instituição e confiança na missão que lhe é atribuída.

2.3. Liderança

Para Júnior (2014), o tema liderança, a cada dia que passa, ganha maior importância aos olhos dos que se encontram na posição de ser um líder, tanto quanto aos que se encontram em posição de ser liderados.

Segundo Chiavenato (2005), a liderança é um fenómeno social que ocorre exclusivamente em grupos sociais. A mesma é definida como uma influência interpessoal exercida em uma dada situação dirigida pelo processo de comunicação humana para a consecução de um ou mais objectivos específicos.

O autor acima refere ainda que a liderança é a capacidade que um indivíduo tem de influenciar o outro a seguir o seu posicionamento através de uma relação interpessoal com vista ao alcance dos objectivos institucionais. Essa posição

conceitual é comungada pelo Santiago (2007), assumindo liderança como sendo a capacidade de influenciar um grupo em direcção ao alcance dos objectivos. O mesmo autor acrescenta ainda que a origem dessa influência pode ser conferida por um alto cargo na organização, entretanto, esta posição hierárquica não assegura uma liderança eficaz.

Syroit (1996) define a liderança como um conjunto de actividades exercidas por um sujeito detentor de uma posição hierarquicamente superior, direccionada para a condução e orientação das actividades dos outros sujeitos, com o propósito de atingir eficazmente o objectivo do grupo.

2.4. Valores Éticos Profissionais dos oficiais durante o exercício das funções de comando militar

Todas as organizações têm a sua própria cultura, em que esta representa um dos pilares estratégicos e define o seu clima e padrões de trabalho, através das crenças, tradições, usos, rituais, rotinas, normas, valores e tabus próprios. Para elas, a cultura é determinante no desempenho e satisfação individual e colectivos.

Os valores de uma determinada organização ou grupo podem auxiliar os seus comandantes/líderes a fazer um alinhamento organizacional sobre o que é apropriado ou inapropriado em cada momento. Assim, os comandantes/líderes devem reconhecer as exigências universais do ser humano (as necessidades biológicas do organismo, as necessidades sociais relativas à regulação das interacções interpessoais e as necessidades sócio-institucionais referentes à sobrevivência e bem-estar dos grupos) e dar resposta apropriada à sua satisfação. Satisfação que deve estar de acordo com as normas definidas e aceites pelo grupo (Huntington, 1996). Estes princípios e metas



são os valores que norteiam o comportamento do indivíduo nas organizações e na sociedade em geral.

Na Instituição Militar, os valores representam um factor determinante, na medida em que concorrem para a componente moral que norteia a acção dos militares de uma forma geral e na tomada de decisão dos seus comandantes em contextos adversos e de elevado stress. Uma organização não é apenas constituída por partes físicas, mas também por estruturas de eventos, de interacções e de actividades (Avellar, 1986).

Em conformidade com Marques (2011), a cultura é para a sociedade o que a memória é para o indivíduo. Para Vidal e Azambuja (1971), os valores são a componente principal da cultura. Ou seja, a predominância dos estudos centra a atenção nos valores individuais, naqueles de que os indivíduos, através de processos de socialização, se apropriaram, tomando-os e reconstruindo-os como seus. Por valores organizacionais, designam-se aqueles valores atribuídos a uma organização e que podem ser estudados a partir da percepção dos subordinados.

Consoante Borges (2013), as teorias e o comportamento ético têm assumido um papel cada vez mais representativo nos estudos do comportamento organizacional. Associada a estes estudos aparece frequentemente a variável comando/liderança como influenciadora do desempenho e satisfação dos Recursos Humanos de determinada organização, na medida em que define os padrões comportamentais que regem a conduta ética no ambiente social e, por extensão, no ambiente profissional.

Actualmente, a ética é um factor fundamental para o comando e liderança, uma vez que se evidencia, de maneira acentuada, a necessidade de os Oficiais actuarem segundo os padrões da cultura organizacional e os

valores universais, quando estabelecem relações interpessoais com os subordinados.

Uma característica comum de Oficiais é que eles enfatizam continuamente os valores e princípios organizacionais, e têm a capacidade para criarem ambientes organizacionais que promovem a adesão aos valores estabelecidos. É neste sentido que procuramos desenvolver, ao longo deste estudo, uma abordagem integrativa entre o contexto organizacional e o militar sobre a importância dos valores na vida das organizações, nomeadamente daqueles que exercem funções de comando e liderança.

2.5. Formação Profissional nas Forças Armadas

A Defesa Nacional é uma actividade desenvolvida pelos cidadãos, que visa assegurar a independência e a unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada, (artigo 7 do conceito Estratégico de Defesa Nacional de Moçambique).

O artigo 8, do documento acima referenciado, estabelece que: a componente militar da defesa nacional é a assegurada pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Sendo Forças Armadas uma organização que tem como missão garantir a integridade territorial do Estado, esta também participa no desenvolvimento económico, social do país.

Nesse contexto, surge a necessidade de formar, profissionalmente, os seus quadros. A aquisição do conhecimento passou a ser um dos inputs essenciais relativamente às novas concepções de aprendizagem organizacional (Domingues, 2003, p.396).



De referir que a principal razão pela qual as organizações formam o seu pessoal, prende-se com uma tentativa de eliminar ou tentar antecipar as deficiências no desempenho organizacional devido aos elevados níveis de desenvolvimento tecnológico que o mundo assiste.

De acordo com Levieque (2007, p. 92), o diagnóstico de necessidade de formação é um processo que visa identificar as carências de formação dos colaboradores, face às competências requeridas ao serviço das estratégias da empresa e as exigências do posto de trabalho.

Assim, a política de formação, segundo Domingues (2003), deverá ter como preocupação a consolidação das aprendizagens, ao mesmo tempo que deverá acompanhar as mudanças previsíveis. Do ponto de vista da gestão eficiente dos Recursos Humanos, segundo Ferreira (1986), não basta facultar ao homem apenas os recursos e meios materiais que lhe possibilitem a realização do trabalho. É preciso, também, que se cuide de sua preparação, de seu adestramento para que a eficiência seja alcançada.

Baseando-se nestas teorias, o autor afirma que a formação profissional visa a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o desempenho das funções em qualquer ramo de actividade, e que está voltada para a aquisição de competências profissionais.

Para Torquato (2002), “o profissional possui conhecimentos específicos, estando potencialmente capacitado para estabelecer abordagens abrangentes da sociedade e da empresa” (p. 6). Daí que a profissionalização se reflecte no aumento da qualificação requerida aos indivíduos em termos de conhecimento técnicos, científicos, habilidades, que visam melhorar a prestação

de serviços dos colaboradores da organização.

Awortwi (2007), nos seus estudos indicou que “a formação dos Recursos Humanos, em Moçambique, constitui apenas um fenómeno recente e terá ainda que atingir os seus objectivos a um nível significativo” (p. 25). Ainda o mesmo autor acrescentou que, dentro do mesmo contexto, estas observações indicam que, embora a estratégia global pareça ter claramente articulada às intervenções críticas na área, não haverá nenhuma modernização do Estado sem um programa determinado e sustentável de formação dos funcionários públicos.

É claro que de acordo com as abordagens feitas pelos vários autores, em prol da profissionalização, as FADM devem apostar na formação dos seus quadros permanentes para permitir que estas participem claramente na segurança da defesa nacional, bem como na modernização do país, ligando os interesses e as necessidades dos militantes das FADM aos objectivos do governo e da sociedade em geral.

2.6. Formação Militar

Acota (2009), afirma que “o principal objectivo do estabelecimento da formação militar é providenciar às forças operacionais, pessoal treinado que possa manter um alto nível de prontidão” (p.1). Deste modo, a formação militar deve alcançar pelo menos três objectivos, desenvolver conhecimentos, capacidades e atitudes; produzir alterações de comportamentos; e atingir objectivos específicos.

Ainda, segundo este guião, o foco da formação militar consiste em preparar indivíduos para desempenharem os deveres do trabalho para qual foram nomeados. O seu desafio consiste em ajudar outros a aprender.



A formação militar envolve muitos elementos, em que o docente ou instrutor é a chave de todo o processo e para o sucesso dos militares, em formação, depende em grande parte da eficácia da formação que os indivíduos formadores ou docentes recebem durante a formação e também depende do seu compromisso no desenvolvimento das qualidades profissionais do formador militar ou docente.

2.7. A Ética Militar e o Estado

Para Weber (2004), no contexto das Revoluções Burguesas na Europa, entre os séculos XVII e XVIII, o sistema feudal estava em declínio e sendo remodelado pela ascensão da burguesia, que ansiava por uma figura detentora do monopólio da violência, capaz de controlá-la de modo mais estável que a nobreza era adaptada às necessidades do nascente modo de produção capitalista, sendo esses anseios atendidos pelo modelo burocrático de Estados modernos em voga actualmente, destacando-se antes disso porém, no campo das bases conceituais da legitimidade dos exércitos profissionais permanentes estatais, um dos fundadores da Ciência Política moderna, o filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527).

A inovação de Maquiavel foi romper com as antigas tradições religiosas e teleológicas manipuladas pelo clero e pela nobreza, que usufruía da violência sob concepções metafísicas, motivadoras de guerras constantes, que impediam a criação de Estados organizados com preservação de ordem pública interna, dada a grande fragmentação do poder que essa dinâmica causava em inúmeros principados, reinos educados que, movidos por ideais nobres, atacavam-se uns aos outros num constante derramamento de sangue, mas não possuíam, na maioria dos casos, uma liderança

pragmática, que conseguisse enxergar estrategicamente as relações humanas sob a óptica dos seus interesses realistas, mantendo a estabilidade no poder.

Em O Príncipe, Maquiavel (1999) afirma que “os principais fundamentos dos Estados [...] são boas leis e boas Armas” (pp. 84-85), e que “não é possível haver boas leis onde não há boas Armas”, “Maquiavel então condena os príncipes e as Repúblicas que não possuem exército próprio, pois ficam a mercê de Armas mercenárias que não possuem relação de lealdade” (Maquiavel 1994, p. 83, cit em Garcia 2018, p. 6), tentando apenas descrever a verdade efectiva da dinâmica do poder como ele se apresentava de facto (cerne do realismo político) e não como a lealdade ou outros conceitos deveriam idealmente ser em concepções teleológicas, expondo a lassidão das boas intenções quando o soberano, a qualquer momento, pode vir a cair se for invadido por outro, levando à constante desordem interna, mesmo que acredite em uma causa nobre e justa.

Essa é a vertente da Última Ratio Regis em nome da segurança do Estado, sob uma perspectiva pessimista das relações humanas, de onde provém o realismo do carácter militar, que molda ainda hoje grande parte do espírito militar dos exércitos profissionais permanentes, sem o qual a prontidão advinda de Forças Armadas perenes não se justificaria a priori, sobretudo num primeiro momento, ainda voltado para o recém contexto westfaliano que deveria impedir, em tese, a mera autodestruição entre os Estados sem uma finalidade política maior justa.

Clausewitz (1780-1831) questiona então é quem melhor estabelece inicialmente as bases conceituais para uma relação justa entre guerra e política, ou entre os militares e Estado. Ele afirma que a guerra é “uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo



peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios” (Clausewitz, 1984, p. 91).

O autor prussiano acabaria, mesmo que não intencionalmente, corroborando com a posterior criação da escola geopolítica clássica, demonstrando que as Forças Armadas são uma parte de um organismo estatal maior vivo, animado por uma força natural, composta por violência, ódio e inimizades primordiais, constituindo a trindade paradoxal na qual “o primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente às pessoas; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo” (Clausewitz, 1984, p. 92).

Desse modo, a relação dos militares com o governo tenderia a ser justa, na medida em que há o reconhecimento pelo governo do cálculo geopolítico da sua liberdade de acção, haja vista que as inimizades primordiais do Estado e o ódio primordial do povo, diante das incertezas do jogo político internacional, cedo ou tarde obrigariam os militares à maximizar a segurança do Estado, pela capacidade e especificidade técnica que possuíam para esse fim, seja destruindo seus inimigos, seja pelo equilíbrio de poder (balance of power) na dialética de vontades contra possíveis competidores, levando à síntese: o fundamento moral da Ética Militar no nível político estratégico deve visar a maximização da segurança do Estado no cenário internacional, a serviço da política nacional, portanto é utilitário.

A ética desempenha um papel menos importante na política internacional do que na política interna, [em virtude do] fraco consenso internacional sobre valores éticos [...]. Primeiro, porque existem diferenças culturais e religiosas sobre a justiça de alguns actos. Em segundo lugar, os Estados não são como indivíduos. Estados são abstrações e, embora seus líderes sejam indivíduos, os

estadistas são julgados de maneira diferente de quando agem como indivíduos. [...]. Um presidente é encarregue pelos cidadãos de proteger seus interesses e, em algumas circunstâncias, isso pode exigir o uso da força. Presidentes que se esforçaram em salvar suas próprias reputações, mas falharam em proteger seu povo, nunca foram dignos de confiança (Nye, 2007, p. 22 tradução nossa).

Contudo, a maximização da Segurança Nacional em prol da colectividade, geralmente leva também a um Estado máximo que restringe as liberdades individuais, ainda que o Estado ganhe maior independência externa e seus cidadãos estejam coletivamente mais protegidos (Buzzan, 1983, p. 30), tendo em vista crescentes custos de mobilização para guerra e possível crise política interna proveniente de excessivo poder militar nas mãos dos governos, que podem vir a utilizá-las internamente, inclusive com transbordamento de militarização para a sociedade civil.

Assim, para que continuasse existindo uma força militar altamente capacitada e profissional, mas num equilíbrio de poder entre civis e militares, uma vez que os civis não possuíssem acesso às armas, Huntington (1996) defende o tipo ideal do controle civil objectivo sobre as Forças Armadas, contando para isso com a mentalidade militar constituída por valores éticos profissionais na caserna guiando o seu afastamento salutar do setor político, desde que exista uma relação justa, “que se opera na distribuição do poder político igualmente entre grupos militares e civis. Essa distribuição visa maximizar a profissionalização militar, pois torna os militares instrumentos do Estado” (Garcia, 2018, p. 10).

A educação militar se coloca como uma característica importante para o profissionalismo, pois contribui para formar novos quadros e difundir a filosofia do oficial



moderno. A educação, aliada à conscrição, o serviço militar obrigatório, foi a combinação que impulsionou uma cultura militar no século XIX e que contribuiu para elevar o nível de profissionalização (Huntington, 1996, p. 57, citado por Garcia, 2018, p. 10).

Considerando que as Forças Armadas, portanto, precisam de manter o distanciamento da política para se manterem nas questões essencialmente técnicas da profissão militar, devendo essa relação civil-militar ser respeitada e observada pela oficialidade, que presta assessoria técnica altamente especializada ao meio político, quando assim for requisitado, levando à conclusão parcial dessa análise, sintetizada nos pontos a seguir: (1) A Ética Militar é fruto da profissionalização militar demandada pelos Estados modernos e sua construção e fortalecimento é baseado em: a) educação militar; b) especialização e competência técnica do oficialato; e c) comprometimento com os objectivos políticos de Estado; (2) A Ética Militar nas relações com a política internacional deve prescrever uma conduta pragmática e estratégica pela maximização da segurança do Estado, submetido ao controle civil objectivo nas democracias.

3. Metodologia de Investigação Científica

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa por ser adequada à pesquisa, uma vez que proporciona uma aproximação importante entre pesquisador e objecto de estudo, na perspectiva de compreender a realidade pesquisada.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão literária que permitiu proceder ao levantamento de conhecimentos acerca do tema aqui abordado e, consequentemente, a organização e elaboração do quadro teórico.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, Mota (2014, p. 27), diz que esta “é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*, sobre o tema que desejamos conhecer”. O processo de coleta de dados foi feito por meio de uma entrevista estruturada e inquérito feito aos chefes de departamento, comandantes de batalhões e docentes e instrutores que participaram de uma forma voluntária na pesquisa. O campo de pesquisa deste estudo circunscreve-se à Província de Nampula, concretamente na Academia Militar Marechal Samora Machel. Para se obedecer às questões éticas de pesquisa não foram revelados os nomes dos participantes. Assim, cada participante foi-lhe atribuído à letra “CDCMEM - chefes de departamento de ciências militares do Exército e da Marinha, DDECP- de educação cívico patriótico, CB – comandantes de batalhões. Para a análise de dados qualitativos foi usada a técnica sugerida pelo Bardin (2006): técnica de três fases nomeadamente: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4. Resultado das entrevistas

4.1. Resultados das entrevistas às lideranças da Academia Militar Marechal Samora Machel

Os registos das entrevistas dirigidas aos nossos entrevistados permitiram definir duas categorias, a saber: a) entendimento sobre a Ética Profissional; b) valores éticos profissionais para o exercício das funções de liderança militar.

Com objectivo de colher dos participantes sua familiarização sobre o nível de conhecimento sobre a ética profissional, foi levantada a 1ª questão, cujas respostas se



enquadram na primeira categoria. Para a questão, os nossos entrevistados, responderam de formas diferentes, conforme atestam alguns

relatos:

Tabela1: Entendimento sobre a Ética Profissional.

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
<i>Sendo chefes de departamento, de direcção e comandante do batalhão da Academia Militar Marechal Samora Machel que entendimento tem sobre a Ética Profissional?</i>	CDCMEM -1	Ética profissional é a aplicação de valores humanos sobre o comportamento, resultando em uma postura transparente nas actividades produtivas
	CDCMEM – 2	É o respeito às regras, convenções e limites, sejam eles impostos por leis ou sugeridos pelas convenções sociais no trabalho.
	DDECP	Um conjunto de parâmetros que guiam atitudes correctas e honestas em uma profissão
	CB -1	Para o meu entendimento ética profissional é comprometimento; Integridade; Honestidade; Humildade; Empatia; Respeito; Solidariedade; Lealdade;
	CB 2,3	É ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade.

Fonte: dados da entrevista 2024

Em conformidade com as respostas dadas pelos nossos entrevistados, nota-se que existe um profundo conhecimento sobre a Ética profissional que é o conjunto de normas éticas que formam a consciência do profissional e representam imperativos de sua conduta.

Nos seus estudos, Aranha (2009) conceituam a ética como “ciência do comportamento moral dos homens, em sociedade”, sendo que a perda dos valores morais afecta de forma directa a dignidade humana, que tem sua integridade abalada. O homem não pode abandonar a ética, haja vista que este princípio faz parte da conduta e convivência humana e social. A moral é um

dos aspectos comportamentais que faz parte do ser humano, que tem a opção de adotar esta ou aquela moral, mas jamais viver sem ela. O fundamento moral não está ligado somente à experiência, mais se apoia em princípios racionais apriorísticos.

Com objectivo de colher dos participantes sobre os valores/princípios da ética profissional no exercício das funções de Comando Militar, foi levantada a 2ª questão, cujas respostas se enquadram na primeira categoria. Para a questão os nossos entrevistados tiveram respostas diferentes conforme atestam alguns relatos:

Tabela 2: Valores/princípios da ética profissional no exercício das funções de Comando Militar

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
	CDCMEM -1	O espírito de corpo, orgulho do militar pela organização a que serve



<i>Quais são os valores/princípios da ética profissional no exercício das funções de Comando Militar?</i>	CDCMEM – 2	O amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e - o aprimoramento técnico-profissional.
	DDECP	O civismo e o culto das tradições históricas; - a fé na missão elevada das Forças Armadas
	CB -3	Valores - Dentre os diversos valores estabelecidos pela Ética Militar, os quais também se encontram previstos no Estatuto dos Militares, destacam-se, a seguir, os considerados mais importantes para o líder militar. Valores básicos: honra, honestidade, verdade, justiça, respeito, lealdade e integridade.
	CB -1,2	Padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento de dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”

Fonte: dados da entrevista 2024

De acordo com os relatos dos nossos entrevistados, pode-se aliar com a perspectiva do Silva (1996), que sustenta que a falta de um quadro deontológico vem afastando o militar dos reais valores éticos, o que causa o descrédito da sociedade, pois além da violência, a corrupção, a incompetência e o vício, acabam por desvalorizar a estima do policial pela sua instituição, gerando na comunidade o medo, quando o ideal é que ela sinta o respeito e admiração pelo organismo policial. Sendo assim, é dever do militar actuar dentro dos padrões éticos e da deontologia, que é a ciência que estuda os deveres morais inerentes a certas profissões.

Ademais, o mesmo autor afirma que a violência militar, corrupção, desvio de

finalidade na actividade, são questões éticas que devem ser combatidas, não só pelos órgãos sensores da polícia, como também pela pressão do grupo, rejeitando condutas sinuosas de policiais que atentam contra o bom nome da instituição a que servem.

Com objectivo de colher dos participantes a função da ética no exercício das funções de comando militar, foi levantada a 3ª questão, cujas respostas se enquadram na primeira categoria. Para a questão os nossos entrevistados, responderam de formas diferentes conforme atestam alguns relatos:

Tabela 3: Função da ética no exercício das funções de comando militar

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
	CDCMEM -1	A função da ética no exercício das funções de comando militar visa assegurar a integridade do território nacional;
	CDCMEM -2	A ética militar faz com que cada soldado seja um bom ser humano, verdadeiro fio do tecido de suas vidas.
	DDECP	Tem como função, traçar-lhe deveres no plano moral, exigindo-lhe a prática do bem.



Qual a função da ética no exercício das funções de comando militar?

CB -2

CB -3,1

O militar, no exercício das suas funções, está exclusivamente ao serviço das Forças Armadas; deve constituir exemplo de respeito pela legalidade e actuar no sentido de reforçar, na comunidade, a confiança na acção desenvolvida pela instituição que serve.; rege-se pelos princípios da honra.

A função da ética no exercício das funções de comando militar dedicação ao serviço, devendo enfrentar com coragem os riscos inerentes às missões que lhe forem atribuído; em caso de guerra ou em estado de sítio ou de emergência, cumpre as missões que lhe forem superiormente cometidas, para a defesa da pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida.

Nas sendas dos relatos dos nossos entrevistados pode-se avançar que tem várias visões em relação à função da ética no exercício das funções de liderança militar.

Aliado à ideia acima e corroborando com Cunha (2014), ética no comando militar é conjuntos de regras ou padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

Com objectivo de colher dos participantes informação sobre Valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando militar, foi levantada a 1ª questão, cujas respostas se enquadraram na segunda categoria.

Para a questão, os nossos entrevistados responderam de formas diferentes conforme atestam alguns relatos.

Tabela 4: Valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando militar

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
<i>Qual a percepções dos oficiais sobre os valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando militar?</i>	CDCMEM -1	As percepções que eu tenho sobre os valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando militar refere-se à conduta como pessoa, à sua boa reputação e ao respeito de que é merecedor no seio da comunidade
	CDCMEM -2	A profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria
	DDECP	Refere-se ao exercício, com autoridade e eficiência, das funções que lhe couberem em decorrência do cargo, ao cumprimento das leis, regulamentos e ordens e à dedicação integral ao serviço
	CB -2	A minha percepção vejo isso como sentimento do dever, no cumprimento da “missão”, com autoridade e eficiência, autocrítica e abnegação, e agregado aos preceitos.



CB -3,1

Isso significa responsabilidade, exercício da autoridade, eficiência profissional, dedicação ao serviço, cumprimento das leis, regulamentos, instruções e ordens e o preparo moral, intelectual e físico próprio e do subordinado) decorrente deste pilar, conforme demonstrado no quadro ética militar.

Fonte: dados da entrevista 2024

Conforme os relatos dos entrevistados, compreendeu-se que existe um conhecimento profundo em relação aos valores éticos profissionais para o exercício das funções de comando militar conforme relata Paula, (2005) ao dizer que no exercício do comando militar são inculcados os valores, deveres e ética militares, sendo “conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam para a obtenção de objectivos individuais e institucionais. A profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria. Esta peculiaridade dos militares os

conduz a valorizar certos princípios que lhes são imprescindíveis.

Com objectivo de colher dos participantes sobre importância da ética e do código de ética para o exercício das funções de comando militar, foi levantada a questão número cinco, cujas respostas se enquadram na segunda categoria.

Para a questão, os nossos entrevistados responderam de formas diferentes conforme atestam alguns relatos:

Tabela 5: Importância da ética e do código de ética para o exercício das funções de comando militar

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
<i>Qual a importância da ética e do código de ética para o exercício das funções de comando militar?</i>	CDCMEM -1	Sem dúvidas, é importante porque se trata de um sentimento de dignidade própria, como o apreço e o respeito que o militar se torna merecedor perante seus superiores, pares e subordinados.
	CDCMEM -2	É importante porque se trata de um princípio moral e ético que norteia alguém a procurar merecer e manter a consideração dos demais na sociedade.
	DDECP	Porque demonstra segurança e convicção em suas atitudes, nas diferentes circunstâncias, comprovando sua hombridade, honestidade, respeitabilidade, retidão e seriedade marcados e provadas em sua natureza própria.
	CB -2	É importante a ética e o código do comando militar, porque o indivíduo, como militar, está intimamente relacionado à honra pessoal
	CB -3,1	Claro que é importante porque o militar deve manter alto padrão de comportamento ético, que se refletirá no seu desempenho perante a Instituição a que serve e no grau de respeito que lhe é devido.

Fonte: autor 2024



As declarações dos participantes em relação à importância da ética e do código de ética para o exercício das funções de comando militar entram em consonância com alguns achados de Motta (1998) que diz que é necessário ter em conta um ambiente civil e a substituição dos termos militares para adequação às conveniências cívicas profissionais para maior compreensão e assimilação de seu conteúdo. Associado ao esforço do colaborador em dirigir-se como um profissional correto ante a pessoas, grupos e

instituições ao qual ele é inserido consciente ou inconscientemente (p. 15).

Com objectivo de colher dos participantes se as normas de condutas existentes no Código de Ética do militar são suficientes para a formação complementar dos oficiais das Forças Armadas, foi levantada a questão número seis, cujas respostas se enquadram na segunda categoria. Para a questão, os entrevistados responderam de formas diferentes, conforme atestam alguns relatos:

Tabela 6: Normas de condutas existentes no Código de Ética do militar para a formação complementar dos oficiais das forças armadas

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
Você acredita que as normas de conduta, existentes no Código de Ética do militar, são suficientes para a formação complementar dos oficiais das forças armadas?	CDCMEM -1	Sim, acredito plenamente que as normas de conduta, existentes no Código de Ética do militar, são suficientes para a formação complementar dos oficiais das forças armadas
	CDCMEM -2	Sem sombras de dúvidas
	DDECP	Claro que acredito
	CB -2	Crédito sem dúvidas
	CB -3,1	Está mais que claro e suficiente para formação complementar dos oficiais das forças armadas

Fonte: dados da entrevista 2024

Como se pode observar, as ideias patentes nos relatos apresentados pelos nossos entrevistados foram unânimes ao acreditam que as normas de conduta, existentes no código de ética do militar, são suficientes para a formação complementar dos oficiais das forças armadas, corroborando com as ideias dos entrevistados, Castro (2009) salienta que a formação do carácter militar (Ethos militar) é um processo extremamente complexo, uma vez que se reveste de “vontade voluntária” de cada sujeito. Esta vontade surge, dentre outras ideias, através do envolvimento do indivíduo “assujeitado” (ou seja, do sujeito) com o seu meio ambiente (a caserna). O “cimento” neste

envolvimento do sujeito com a Instituição é a Ideologia Militar. Sendo assim, pode-se afirmar que através da inculcação ideológica de uma ética militar e de um conjunto de normas e regulamentos que regem a moral militar, nas disciplinas curriculares do Curso de Formação de Oficiais.

Com objectivo de colher dos participantes se instituição vocacionada na formação dos oficiais das forças armadas e actualmente a formar de outros quadros civis, como tem sido o enquadramento do código ético militar para os civis, foi levantada a questão número sete, cujas respostas se enquadram na segunda categoria. Para a questão, os entrevistados



responderam de formas diferentes, conforme atestam alguns relatos:

Tabela7: Enquadramento do código ético militar para os civis

Perguntas da Entrevista	Entrevistados	Unidade de registo
Sabendo que Academia Militar Marechal Samora Machel é uma instituição vocacionada na formação dos oficiais das forças armadas e actualmente se vê a formação de outros quadros civis, como tem sido o enquadramento do código ético militar para os civis?	CDCMEM -1	Que fique bem claro, os civis formados na Academia Militar não são militares são funcionários públicos de outras instituições.
	CDCMEM -2	Os cursos que AM introduziu são ligados às áreas de GRH e Educação; muitos dos estudantes são civis e não temos como incutir a ética militar neles
	DDECP	O enquadramento tem sido normal porque eles não são militares por isso só vêm simplesmente para fazer o curso
	CB -2	Os estudantes que estão a frequentar vários cursos na AM não são militares.
	CB -3,1	Enquadramento como qualquer estudante de outras instituições públicas está sendo simples, mas há um porém não temos como incutir neles o código militar por eles não são militares.

Fonte: dados da entrevista 2024

Diante das declarações formuladas pelos nossos entrevistados, fica claro que apesar da AM ser um estabelecimento militar de ensino superior que tem como missão principal formar oficiais para os quadros permanentes das FADM. Embora os últimos tenham introduzido cursos de mestrado e licenciatura em várias áreas como GRH, Psicopedagogia entre outras, isso não lhes dá direito de incutir o código ético militar para os estudantes.

5. Considerações finais

Este artigo demonstrou que a ética profissional é de suma importância para o comando militar, pois estabelece os valores e princípios essenciais para uma convivência harmoniosa e orienta os profissionais a agir com correção e justiça.

Percebeu-se, a partir das entrevistas, um profundo conhecimento dos participantes

sobre a ética profissional como um conjunto de normas que moldam a consciência e a conduta do militar. Contudo, os relatos também apontaram para a preocupação de que a ausência de um quadro deontológico claro possa afastar os militares dos valores éticos reais, gerando descrédito social, como destacado por Da Silva (1996). A corrupção, a incompetência e a violência, quando presentes, comprometem a estima do policial pela sua instituição e a confiança da comunidade.

Portanto, é imperativo que o militar actue dentro dos padrões éticos e da deontologia, que estuda os deveres morais inerentes à profissão. Embora os entrevistados apresentem diversas visões sobre a função da ética no comando militar, há um consenso sobre a importância do conhecimento e da aplicação dos valores éticos profissionais para o desempenho dessas funções.

Finalmente, observou-se que, apesar de a



Academia Militar Marechal Samora Machel ser uma instituição de ensino superior militar com a missão de formar oficiais para as FADM e de oferecer cursos de mestrado e licenciatura em áreas como Gestão de Recursos Humanos e Psicopedagogia, a implementação do código de ética militar para estudantes civis desses cursos é limitada. Este facto é reforçado pela modalidade dos cursos, que ocorrem em períodos pós-laboral, o que impede uma integração mais profunda dos valores militares nesses quadros civis.

Referências

- Arruda, Maricília Conceição Cardoso (2002). *Código de ética – um instrumento que adiciona valor*. São Paulo: Negócio Editora.
- Avellar, Luiz Carlos de (1986). *A Ética como Base para a Ação Militar*. Rio de Janeiro: ESG.
- Bardin, Laurence (2004). *Análise de Conteúdos*. Lisboa: Edições 70.
- Benjamin, Walter (2014). *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. 1. ed. Porto Alegre, RS: Zouk.
- Borges, João (2013). *As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades*”. Revista
- Braga, Costa (1960). *Moral Nacional e Moral Militar*. Rio de Janeiro: ESG.
- Buzzan, Barry (1983). *People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Sussex: Wheatsheaf Books, 1983.
- Cardoso, Carlos (1997). *A vida militar é uma vocação*. Maputo: Em sede editorial do metical.
- Castro, Celso (1990). *O espírito militar: Um estudo de antropologia social na Academia Cívica e Militares*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Castro, Celso (2002). *A invenção do Exército Brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Castro, Celso; Leirner, Piero (2009). *Antropologia dos militares*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Castro, Thales (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Chauí, Marilena (1989). *O que é Ideologia*. 30.ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Chiavenato, Idalberto. (2005). *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus.
- Clausewitz, Carl Von (1984). *Da Guerra*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1984.
- Cobra, Jorge (2005). *Da Vivência à Reintegração Socioprofissional dos Oficiais do Exército* Edição nr.100. em Regime de Contrato. Lisboa.
- Combat, Flavio; Friede, Reis (2019). *Das Novas Guerras*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Comparato, Fábio Konder (2006). *Ética, Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cunha, Paulo Ribeiro da (2014). *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- Dejours, Christophe (1979). *A Loucura do Trabalho*. Rio de Janeiro: Cortez.
- Ferreira, Elizete. (1986) *Ética nas Organizações*. São Paulo: Atlas.
- Foucault, Michel (2014). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, Michel (2015). *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Garcia, Filipe Ramos (2018). *A formação militar profissional: uma leitura a partir das obras de Morris Janowitz e Samuel*



- Huntington. 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
- Gil, Antônio Carlos (2002). Como elaborar projeto de pesquisa. Como elaborar projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Guiora, Amos; Shelton, Jason. (2015). Drones And Targeted Killings: facing the challenges of unlimited executive power. Routledge Handbook of Military Ethics. New York: Taylor & Francis Group. pp. 368-379.
- Hames, Thomas (2007) Military Review. Fourth Generation Warfare Evolves, Fifth Emerges. v. May-June.
- Hude, Henri (2015). A Ética do Decisor. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Huntington, Samuel Phillips (1996). O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações Entre Militar das Agulhas Negras”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 12. Militar n. 1. Rio de Janeiro.
- Janowitz, Morris (1960). The professional soldier, a social and political portrait. Glencoe: The Free Press.
- Júnior, John. (2014) Afinal, o que fazem os líderes. Rio de Janeiro: Campus.
- Kant, Immanuel (2006). Para a Paz Perpétua. Galiza: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz.
- Keegan, John (2006). Uma História da Guerra. São Paulo: Companhia do Bolso.
- Konder, Leandro (2002). A questão da Ideologia. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Leite, Ana Patrícia Rodrigues; Alexandre, Mauro Lemuel; Tacconi, Marli de Fátima Ferraz da Silva & Araújo, Maria Valeria Pereira (2010) *percepções e Reflexões de Pesquisadores – Uma Abordagem sobre Ética na Pesquisa* (pp. 1,2,3). Rio de Janeiro
- Lind, William Smith et al (1989). *The changing face of war: Into the fourth generation*. Marine Corps Gazette, p. 22–26.
- Lüdke, Menga; André, Marli (1986). Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.
- Maquiavel, Nicolau (1999). *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marques, Lucas dos Santos (2011) *Deontologia da Polícia Militar*. Revista Npi/Fmr. Ago. Disponível em: <www.fmr.edu.br/npi/npi_policia.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.
- Motta, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora.
- Motta, Luiz Eduardo (2011). *Sobre “Quem tem medo de Louis Althusser?” de Carlos Henrique Escobar*. Achegas.net, v.44, p.105-120.
- Murray, Williamson (2001). *The Dynamics of Military Revolution*. London: Cambridge University Press.
- Nash, Laura (1993). *Ética nas Empresas: boas intenções à parte*. São Paulo: Makron.
- Nietzsche, Friedrich (2003). *Além do Bem e do Mal*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Ozmon, Howard Augustine; Craver, Samuel (2004). *Fundamentos filosóficos da educação*. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Paula, Luiz Carlos Carneiro de (2005). *A Ética e a profissão militar*. Revista do Exército Brasileiro, Vol. 142, 3º Quadrimestre.
- Paulo Maurício Rizzo Ribeiro (2016). *Ética e Valores militares: Desafios de preservação para a instituição militar*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra (ESG). p. 3.
- Rosa, Carlos Eduardo Valle (2014). *Poder Aéreo: guia de estudos*. Rio de Janeiro: Editora Luzes.



- Roudinesco, Elisabeth (2016). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Silva, Edna Lúcia da; Menezes, Estela Muszkat (2005) *Metodologia da pesquisa e dologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4 ed. Revisada. Florianópolis: elaboração de dissertação polis: Laboratório de Ensino a Distância/UFSC.
- Skinner, Burrhus Frederic (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Sparrow, Robert Drones (2015). *Courage, And Military Culture. Routledge Handbook of Military Ethics*. New York: Taylor & Francis Group, p. 380-394.
- Targa, Dante Carvalho (2015). *Filosofia, Educação e Sociedade*. 1. ed. Palhoça, SC: UnisulVirtual.
- Trevisan, Leonardo Nelmi (2011). *Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex.
- Vidal, Germano Seidl; Azambuja, Luis Felipe (1971) *Projeção dos Valores Espirituais Morais na Actuação das Forças Armadas: leitura selecionada*, Rio de Janeiro: ESG.
- Visacro, Alessandro (2011). O Desafio da Transformação. *Military Review*, v. março-abril, p. 46–54.
- Weber, Max. (2000) *Economia e Sociedade*. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de